

Tipo Jurídico

Porte Empresarial

Normal

Nome

CONCESSIONARIA VIARIO S A

Código Ato

Eventos

008

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
999	1	Ata de Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária / Sem Eventos (Empresa)
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR ANTÔNIO MIGUEL FERNANDES, IGOR EDELSTEIN DE OLIVEIRA E MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA SIMÃO SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

[illegible]

Deferido em 01/08/2018 e arquivado em 01/08/2018


Bernardo Feijó Sampaio Berwanger

SECRETÁRIO GERAL



00-2018/160241-5

Nº de Páginas

Capa Nº Páginas

18

1/1

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONCESSIONARIA VIARIO S A

NIRE: 333.0030232-8 Protocolo: 00-2018/160241-5 Data do protocolo: 25/07/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 01/08/2018 SOB O NÚMERO 00003237196 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: BA37C226A164795E2BD804FA442BFB114904BC7135249C1404F2B34C0FEBEE3A

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 1/18



**CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
COMPANHIA FECHADA**

CNPJ/MF: 15.440.708/0001-30

NIRE: 33.3.0030232-8

**ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2018**

- 1- DATA, HORA E LOCAL:** No dia 30 de abril de 2018, às 18h, na sede social da Concessionária ViaRio S.A. ("Companhia"), na Rua Euzébio de Almeida, 2.500, Jardim Sulacap, CEP 21.741-172, Rio de Janeiro - RJ.
- 2- CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, na forma do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, tendo em vista o comparecimento de acionistas detentores de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença dos Acionistas arquivado na sede da Companhia.
- 3- MESA:** Presidente: Sr. José Braz Cioffi; e Secretário: Sr. Fabrício Leal e Leal.
- 4- ORDEM DO DIA:** Apreciar e deliberar (i) **Em Assembleia Geral Ordinária:** (a) Tomada de contas da administração e exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras da Companhia e do Relatório da Administração (em conjunto, "Demonstrações Financeiras da Companhia"), acompanhadas das Notas Explicativas, do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017; (b) destinação do resultado apurado pela Companhia no exercício social de 2017; (c) eleição dos membros e Presidente do Conselho de Administração; (ii) **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (a) instalação do Conselho Fiscal da Companhia; (b) eleição dos membros e Presidente do Conselho Fiscal; e (c) fixação da remuneração global anual dos administradores e do Conselho Fiscal.
- 5- DELIBERAÇÕES:** Foi aprovada, por unanimidade dos acionistas, a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, na forma do artigo 130 da Lei nº 6.404/76, sendo aprovadas, também por unanimidade de votos dos acionistas da Companhia, sem reservas, as seguintes

deliberações:

5.1.- Em Assembleia Geral Ordinária:

(a) Tomada de Contas da Administração e exame, discussão e aprovação das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2017: Nos termos do disposto no artigo 22, “c” do Estatuto Social da Companhia, foram aprovadas as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas das Notas Explicativas, do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, conforme publicações realizadas nas edições de 23 de fevereiro de 2018, do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (parte V, às fls. 3, 4, 5 e 6) e do Diário Comercial do Rio de Janeiro (às fls. 9, 10, 11 e 12);

(b) Destinação do Resultado apurado pela Companhia no exercício social de 2017: Nos termos do disposto no artigo 22, “c” do Estatuto Social da Companhia, considerando que há prejuízos apurados nas Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a deliberação sobre a destinação dos resultados ficou prejudicada, não havendo qualquer distribuição;

(c) Reeleição de Membros e Presidente do Conselho de Administração da Companhia: Nos termos do artigo 22, “b”, do Estatuto Social da Companhia, a eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho de Administração da Companhia: **(i) Sr. José Braz Cioffi**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 497.932.926-87, portador da carteira de identidade nº 50807330-3 SSP/SP, para o cargo de membro titular e Presidente do Conselho de Administração da Companhia e como respectiva suplente, a Sra. **Josiane Carvalho de Almeida**, brasileira, casada sob o regime da comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 50.890.239-3, SSP/RS e inscrita no CPF/MF sob o nº 083.040.867-35, ambos com endereço comercial na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º Andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP; **(ii) Sr. Márcio Roberto de Moraes Silva**, brasileiro, divorciado, engenheiro mecânico, inscrito no CPF/MF sob o nº 435.665.886-87, portador da carteira de identidade RG nº 484.505 SSP/MG, com endereço comercial na Praça XV de novembro, 21, sobrado, Centro, Rio de Janeiro – RJ, para o cargo de membro titular do Conselho de Administração da Companhia, ficando vago o cargo do respectivo suplente; **(iii) Sr. João Daniel Marques da Silva**, brasileiro, convivente em união estável que pressupõe o regime da comunhão parcial de bens, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº. 092220672 IFP-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 035.387.987-

2

88, para o cargo de membro titular do Conselho de Administração da Companhia, ficando vago o cargo do respectivo suplente; (iv) Sr. **Guilherme Motta Gomes**, brasileiro, casado sob o regime separação parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº. 08740792-0 IFP-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 012.980.057-01, para o cargo de membro titular do Conselho de Administração da Companhia, ficando vago o cargo do respectivo suplente; (v) Sr. **Tulio Toledo Abi-Saber**, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 012.072.297-68, portador da cédula de identidade RG nº 1985108 IFP/RJ, para o cargo de membro titular do Conselho de Administração da Companhia e como respectivo suplente, o Sr. **Andre Luiz Araújo Silva**, brasileiro, engenheiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 3823042, expedida pela SSP-GO, inscrito no CPF/MF sob o nº 714.158.741-15, ambos com endereço comercial na Av. Almirante Barroso, nº 52, 30º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ; (iv) Sr. **Luis Eduardo Simonetti Baroni**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 13.442.820-1, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 047.695.448-71, para o cargo de membro titular do Conselho de Administração da Companhia; e como respectivo suplente, o Sr. **João Garcia Couri Neto**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 35.948.821-3, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 029.862.666-73, ambos com endereço comercial na Av. Almirante Barroso, nº 52, 30º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ.

Todos os membros ora eleitos exercerão mandato de 2 (dois) anos, que se encerrará na data da realização da próxima Assembleia Geral Ordinária de 2020, devendo permanecerem em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos, permanecendo vagos os demais cargos de membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia. Os membros do Conselho de Administração ora reeleitos declaram ter conhecimento do art. 147 da LSA, e alterações posteriores, e conseqüentemente, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividades mercantis, conforme Termo de Posse e Declaração de Desimpedimento e de Renúncia à Remuneração arquivado na sede da Companhia.

5.1. - Em Assembleia Geral Extraordinária:

(a) Nos termos do disposto no artigo 19 do Estatuto Social da Companhia, a instalação do Conselho Fiscal da Companhia;

(b) Em decorrência do disposto no item acima, a reeleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, conforme a seguir: (i) Sr. **Paulo Yukio Fukuzaki**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.194.341 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 073.215.168-65, com endereço comercial na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 5º andar, Vila Olímpia, São Paulo, SP CEP 04551-065, membro titular e Presidente do Conselho Fiscal, como respectiva suplente, a Sra. **Érika Natsumi Matsumoto**, brasileira, convivente em união estável, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 16.153.725 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº. 086.758.538-23, com endereço comercial na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 5º andar, Vila Olímpia, São Paulo, SP CEP 04551-065; (ii) Sr. **Carl Douglas de Gennaro Oliveira**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.588.966-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 275.352.068-24, membro titular, e como respectivo suplente o Sr. **Anderson Lopes Brasil**, brasileiro, casado contador, portador da Cédula de Identidade RG nº. 25.440.310-4 inscrito no CPF/MF sob o nº. 154.061.088-83, ambos com endereço comercial na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 5º andar, São Paulo, SP, CEP 04551-065; como; e (iii) Sr. **Rodolfo Fernandes da Rocha**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº. 10304575-3, inscrito no CPF/MF sob o nº. 078.187.037-21, com endereço comercial na Av. Almirante Barroso, nº 52, 30º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20031-000, membro titular, e respectivo suplente o Sr. **Lucas de Castro Maia**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº. MG-13.949.550, inscrito no CPF/MF sob o nº. 071.231.486-57, ambos com endereço comercial na Av. Almirante Barroso, nº 52, 30º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20031-000. Todos os membros efetivos e suplentes ora eleitos exercerão mandato de 1 (ano) anos, que se encerrará na data da realização da próxima Assembleia Geral Ordinária de 2019, e serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura dos Termos de Posse e de Renúncia à Remuneração no livro próprio.

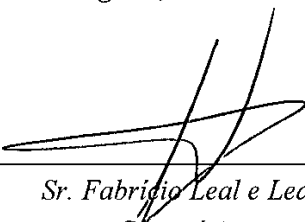
(d) Fixação da remuneração anual global da Administração e do Conselho Fiscal da Companhia: Foi aprovada a fixação da remuneração dos membros da Administração Companhia para o presente exercício social, no valor anual e global de até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais), incluídos os valores de provisão de participação nos lucros e resultados - PLR - e não incluídos os valores referentes aos encargos sociais devidos em decorrência da respectiva remuneração.

Para o exercício social de 2018, a verba global e anual ora aprovada será destinada exclusivamente à Diretoria da Companhia, vez que os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal renunciam, nesta data, à remuneração anual.

- 6 - **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou suspensos os trabalhos da Assembleia para que fosse lavrada a presente ata por meio de processamento eletrônico, a qual, após lida e achada conforme, foi assinada pelos acionistas presentes. Mesa: Sr. José Braz Cioffi – Presidente, Sr. Fabrício Leal e Leal – Secretário. Acionistas: Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR e CCR S.A., por meio de seus respectivos representantes legais.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2018.

Confere com a original, lavrada em livro próprio.



Sr. Fabrício Leal e Leal
Secretário

20. Compromissos vinculados ao contrato de concessão: A Companhia assumiu o compromisso de realizar investimentos, substancialmente representados por obras de construção da Ligação Transolímpica. Estes investimentos foram integralmente realizados no exercício de 2016, não havendo saldo em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016.

21. Demonstração do fluxo de caixa: a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2017	2016
Contas a pagar - Partes relacionadas	-	(53.786)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	-	(53.786)
Aquisição de ativo intangível	-	53.786
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	-	53.786

b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos. c. Reconciliação das atividades de investimento

	Financiamento	Debêntures	Mútuos com partes relacionadas	Total
Saldo Inicial	(155.768)	(409.992)	(118.094)	(683.854)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Captações (líquidas dos custos de transação)	(20.857)	(420.508)	(42.814)	(484.179)
Pagamentos de principal e juros	-	433.366	11.943	445.309
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(20.857)	12.858	(30.871)	(38.870)
Outras variações				
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(31.114)	(74.048)	(15.182)	(120.344)
Outras variações que não afetam caixa	-	-	2.387	2.387
Total das outras variações	(31.114)	(74.048)	(12.795)	(117.957)
Saldo Final	(207.739)	(471.182)	(161.760)	(840.681)

possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contúgio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Id: 2087835

BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ Nº 15.138.043/0001-05 - NIRE 3330016289.5

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A. REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2017. ATA Nº 026/2017 - LOCAL, DATA

designação especial. Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho - Diretor sem designação especial. (4) REMUNERAÇÃO DA DIRETORIA - a remuneração da Diretoria foi fixada na forma deliberada pela Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27 e 31/03/2017. (5) FUNÇÕES DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS - FIXAÇÃO - o Conselho de Administração, em sua 1ª reunião, deliberou sobre a remuneração dos

apt. 507 bloco 3, CEP: 22221-011, Rio de Janeiro - RJ, Brasil. (8) CONFIRMAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ FINANCEIRO - Face ao exposto nos itens (2) e (7) supra, fica o Comitê Financeiro da Brasilcap Capitalização S.A. assim constituído: Membros Titulares: Werner Romera Suffert (Presidente); Pedro Bramont; Gustavo Santos Papan; Renê Carlos Teixeira; Frazz Maia; Maria Lúcia

Concessionária ViaRio S.A.

CNPJ/MF nº 15.440.708/0001-30

19. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

	2017		2016	
	Valor justo através do resultado	Empre- timos e mensurado ao custo amortizado	Passivo Valor justo através do resultado	Empre- timos e mensurado ao custo amortizado
Ativos				
Aplicações financeiras	7.841	-	10.522	-
Contas a receber	-	4.637	-	3.086
Passivos				
Debêntures (a)	-	-	(471.182)	-
Financiamentos (a)	-	-	(207.739)	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(2.526)	-
Múltiplos - partes relacionadas	-	-	(161.760)	-
Contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(108)	-
Total	7.841	4.637	(843.315)	3.086

(a) Valores líquidos dos custos de transação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • Aplicações financeiras - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo que o valor justo poderia ser considerado como "semelhante" ao valor contábil, uma vez que o risco de crédito das contrapartes (instituições financeiras de primeira linha) não produziam diferenças significativas entre ambos. • Contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. • Financiamentos e debêntures mensurados ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2017		2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Financiamentos (a) (b)	208.444	208.496	157.717	159.801
Debêntures (a) (b)	472.389	475.273	411.894	417.323

a) Os valores justos estão brutos dos custos de transação. b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de Valor Justo", abaixo. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pre-D). Hierarquia de valor justo: A Companhia possui os saldos de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão abaixo qualificados:

Aplicações financeiras

Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos líquidos; • Nível 2: inputs, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Abaixo está demonstrado o valor resultante dos juros sobre o contrato de debêntures com taxas pré-fixadas até o vencimento final da operação.

Operação	Risco	Vencimento até	Efeito em R\$ no resultado			
			Exposição em R\$	Cenário A provável	Cenário B 25%	Cenário C 50%
Debêntures - 6º Emissão	Aumento do CDI	Fevereiro de 2018	472.389	(7.948)	(9.107)	(10.251)
CCB	Aumento do CDI	Fevereiro de 2018	181.486	(1.833)	(2.215)	(2.712)
CCB	Aumento do CDI	Março de 2018	26.958	(443)	(537.153)	(530.016)
Itaú Soberano	Diminuição do CDI		7.841	533	666	789
Total do efeito de ganho ou (perda)				(9.691)	(547.869)	(642.180)

As taxas de juros consideradas foram:

CDI 6,89% 8,61% 10,34%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo: No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Refere-se a taxa de 29/12/2017, divulgada pela B3/CETIP; e (3) Saldo Líquido. O conceito aplicado para as aplicações financeiras é o mesmo para o encerramento líquido, ou seja, se o CDI subir, o encerramento piora enquanto para as aplicações financeiras, há um aumento da receita financeira; e (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2017, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

20. Compromissos vinculados ao contrato de concessão: A Companhia assumiu o compromisso de realizar investimentos, substancialmente representados por obras de construção da Usina Transolímpica. Estes investimentos foram inicialmente,

22. Eventos subsequentes: Em 02 de fevereiro de 2018, foi realizada a 7ª emissão de debêntures, no valor total de R\$ 520.000, os quais serão remunerados pela variação do CDI + 2,90% a.a. O resgate foi liberado no dia 20 de fevereiro de 2018 e seu vencimento será em 05 de fevereiro de 2028. Em 05 de fevereiro de 2018, foi autorizada pela Secretaria de Transporte da Cidade do Rio de Janeiro, a cobrança de pedágio pela Concessionária nas atas do Rio Grande. O valor da taxa é de R\$ 7,25 com início de cobrança em 15 de fevereiro de 2018. Em 08 de fevereiro de 2018, foi firmado o 8º Contrato de Mútuo entre os acionistas no montante de R\$ 34.590, com vencimento em 08 de maio de 2028. Na mesma data foi liberado o valor líquido de R\$ 33.000. Em 20 de fevereiro de 2018, foi realizado o resgate antecipado da 6ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 433.000, mais juros. Em 20 de fevereiro de 2018, foi realizado o resgate antecipado da Cédula de Crédito Bancária, no valor de R\$ 140.420, mais juros. Em 09 de fevereiro de 2018, foi realizado o resgate antecipado da Cédula de Crédito Bancário nº CCB 134/16, no valor de R\$ 25.000.

Composição da Diretoria

Ronaldo Vancolista - Diretor Presidente
Mário Roberto de Moraes Silva - Diretor de Engenharia e Operações

Contador

Hélio Aurélio da Silva - CRC/SP 1SP129452/O-3 SRJ

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Concessionária ViaRio S.A., no uso de suas atribuições legais, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Com base nos exames efetuados, considerando as informações prestadas por KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, manifesta-se, por unanimidade, favoravelmente às referidas demonstrações, que estão em condições de serem votadas pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2018.

Paulo Yulio Fukuzaki - Conselheiro Fiscal
Carl Douglas de Gennaro Oliveira - Conselheiro Fiscal
Rodolfo Fernandes da Rocha - Conselheiro Fiscal

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessionária ViaRio S.A. Rio de Janeiro - RJ. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária ViaRio S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária ViaRio S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações financeiras comparativas da Concessionária ViaRio S.A. (Companhia) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 24 de fevereiro de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, a partir do relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria,

	2017	2016	Custos de transação	471.192.409,992
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(79.158)	(79.392)	(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.	
Alíquota nominal	34%	34%	Garantias: (b) Fiança corporativa proporcional das acionistas. As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente. A seguir especificamos as principais condições e garantias vinculadas aos contratos de debêntures, segundo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições e garantias pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente: 1. Em 30 de outubro de 2015, foi realizada a 4ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$ 400.000, em série única, não conversíveis em ações, para distribuição pública, com esforços restritos, com vencimento de juros e principal em 30 de abril de 2016 e remuneração de CDI + 3,50% a.a. A emissão conta com possibilidade de resgate antecipado, a qualquer momento, sem pagamento de prêmio, além de fiança corporativa proporcional, não solidária, das acionistas/patrocinadoras na proporção de suas participações. Ao longo de 2016, houve aditamentos da escritura da 4ª emissão de debêntures para promulgação da data de vencimento. Em 27 de abril de 2017, ocorreu a liquidação total da 4ª emissão de debêntures. 2. Em 27 de abril de 2017, foi realizada a 6ª emissão de debêntures simples, no valor nominal total de R\$ 433.000, em série única, com fiança corporativa proporcional à participação dos acionistas, vencimento em 27 de novembro de 2017, com remuneração de CDI + 4,50% a.a. e pagamento de juros e principal no vencimento. Em 24 de novembro de 2017, ocorreu o 1º aditamento da escritura da 6ª emissão de debêntures para promulgação da data de vencimento para 25 de fevereiro de 2018.	
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	26.914	26.993	14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e previdenciárias. A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:	
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes	(43)	(278)		
Despesas indedutíveis	122	-		
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(2)	-		
Outros ajustes tributários	26.991	26.715		
Despesa de imposto de renda e contribuição social	34%	34%		
Alíquota efetiva de impostos				
b) Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:				
	2017	2016		
	(Reclassificado)	(*)		
Bases ativas				
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	107.483	77.152		
Diferenças temporárias - Lei nº 12.973/14 (b)	13.017	16.457		
Provisão para participação nos resultados (PLR)	614	661		
Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	33	20		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1	-		
Constituição da provisão de manutenção	298	30		
	121.446	94.320		
Bases passivas				
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(53.666)	(53.531)		
	(53.666)	(53.531)		
	67.780	40.789		
Total líquido				
(*) Reclassificação da abertura entre linhas para melhor apresentação. (a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:				
	2017	2016		
2022	3.980	-		
2023	6.330	-		
2024	8.919	-		
2025	11.902	-		
de 2026 em diante	76.353	-		
	107.483	-		
A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital. (b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.				
9. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios de 2017 e 2016, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras em conjunto, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.				
	Transações		Saldos	
	Despesas	Receitas	Ativo	Passivo
	financeiras	financeiras	imobilizado	contas a pagar
Controladoras				
CCR S.A.	9.523 (b)	-	-	107.813 (b)
Odebrecht Rodovias S.A.	597 (b)	-	-	-
Invepar	5.062 (b)	-	-	53.947 (b)
Outras partes relacionadas				
Consórcio Construtor Transio	29.336 (c)	46.520 (c)	17.803 (c)	-
Total circulante, 31 de dezembro de 2017				108
Total não circulante, 31 de dezembro de 2017			181.760	-
Total, 31 de dezembro de 2017	44.518	46.520	181.760	108
Total, 31 de dezembro de 2016	9.181	1.287	490.721	79.153
Despesas com profissionais-chave da Administração				
Remuneração (d)				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa			2.999	3.754
Previdência privada			76	70
Seguro de vida			4	6
			3.079	3.830
Saldo a pagar aos profissionais-chave da administração				
Remuneração dos administradores (d)				
Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 10 de abril de 2017, foi fixada a remuneração anual dos membros da diretoria da Companhia no montante de R\$ 3.500. A remuneração anual inclui os valores de provisão de participação nos lucros e resultados (PLR) e os valores referentes aos encargos sociais devidos em decorrência da respectiva remuneração. a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, suprimentos, laboratório e recursos humanos executados pela CCR - Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês; b) Contratos de mútuo, sendo 4 remunerados a 130% do CDI e 2 remunerados a TR + 9,89% a.a., todos com vencimento em 15 de janeiro de 2024. A partir de 26 de maio de 2017, a Odebrecht Rodovias S.A. deixou de ser parte relacionada; c) Refere-se à construção da infraestrutura efetuada pelo consórcio construtor através do contrato firmado em 26 de abril de 2012, para execução das obras civis de implantação da Ligação Transolímpica; e d) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuído aos membros da administração e diretoria.				
10. Ativo Imobilizado:				
	2016	2017		
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Morimentação do custo	417	-	687	1.104
Móveis e utensílios	1.749	16	29.052	30.817
Máquinas e equipamentos	3.372	-	147	3.519
Veículos	376	-	60	436
Instalações e edificações	4	-	5.309	5.313
Sistemas operacionais	35.790	4.037	(39.170)	657
Imobilizações em andamento	41.708	4.053	(3.915)	41.846

dinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. *c) Caixa e equivalentes de caixa:* Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. *d) Custo de transação na emissão de títulos de dívida:* Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela contrapartida da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. *e) Ativo Imobilizado:* Reconhecimento e mensuração. O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzidos das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. • Depreciação: A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. *f) Ativos Intangíveis:* A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com o tempo esperado de geração de benefício econômico estimado. • Direito de exploração de infraestrutura - vide item "n". *g) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):* Ativos financeiros não derivativos: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está impaired, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas-chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/projeções dos projetos de infraestrutura deitados, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade do PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ação não é reversível. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. *h) Provisões:* Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. *i) Provisão de manutenção - contratos de concessão:* As obrigações contratuais para manter a infraestrutura operando com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração. *m) Resultado por ação:* O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. *n) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01(R1):* A infraestrutura, dentro do alcance da interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não são registrados como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-se zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. *o) Novas Normas e Interpretações ainda não efetivas:* A Companhia é obrigada a adotar o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e o CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada dessas normas. Até o momento não se identificou impactos materiais que possam afetar as reservas ou lucros acumulados, mas possivelmente ocorrerão impactos em termos de novas divulgações e formas de apresentação, que estão em fase de maior detalhamento. O impacto estimado da adoção dessas normas sobre o patrimônio da Companhia em 1º de janeiro de 2018, baseia-se em avaliações realizadas até a data de emissão destas demonstrações financeiras. Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2018, podem ser diferentes, pois as novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações após a Companhia apresentar suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial. Uma avaliação mais detalhada do impacto esperado decorrente dessas normas está resumida abaixo. **IFRS 15/CPC 47 - Receitas de contratos com clientes:** A IFRS 15/CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30/IAS 18 - Receitas, CPC 17/IAS 11 - Contratos de Construção e o CPC 30/IFRIC 13 - Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15/CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Com base em sua avaliação, a Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas (CPC 30/IAS 18 e CPC 17/IAS 11), em relação ao reconhecimento da receita dos serviços aos usuários de seus projetos de concessão de infraestrutura de transportes, bem como no reconhecimento das receitas de construção, conforme requerido pelo ICPC 01/IFRIC 12, já reconhecidas hoje de forma de segregada. Contudo espera-se que as notas explicativas às Demonstrações Financeiras venham a ser ampliadas. A Companhia planeja adotar a IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos da IFRS 15/CPC 47, referentes ao período comparativo apresentado. **IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** O CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. • Classificação - Ativos Financeiros: O CPC 48/IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para

- A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não representar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018. - Os novos requerimentos de contabilidade de hedge devem ser aplicados prospectivamente. IFRS 16 Leases (Arrendamentos): A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. É efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019, data em que ocorrerá sua adoção por parte da Companhia. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. O impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial será concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como será substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. Não é esperado impacto significativo para os arrendamentos financeiros da Companhia, que na data destas Demonstrações Financeiras são intangíveis e, portanto, não divulgados em nota explicativa. Consequentemente, não se espera que a adoção da IFRS 16 afete nossa capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em empréstimos, financiamentos e debêntures. Entretanto, o impacto dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento. A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento. Outras alterações: As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. - Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28 - ICPC 21/IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento. Com relação à IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda, análise mais aprofundada será necessária para identificação de seus impactos, com data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019.

3. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (em relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 20 de fevereiro de 2018, foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. *Modo funcional e modo de apresentação:* As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. *Uso de estimativas e julgamentos:* A preparação das demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

7 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

8b Impostos diferidos

10 Depreciação do ativo imobilizado

11 Amortização dos ativos intangíveis

14 Provisão para riscos

15 Provisão de manutenção

19 Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável,

continua

continuação

Concessionária ViaRio S.A.

CNPJ/MF nº 15.440.708/0001-30

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A Concessionária ViaRio S.A. ("ViaRio" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, domiciliada no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, situada na Rua Euzebio de Almeida, 2500, constituída em 20 de abril de 2012 e iniciou suas atividades em 26 de abril de 2012, de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. A Companhia tem como objetivo a implantação e exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e realização de melhorias da Ligação Transolímpica ("Concessão"). O prazo da concessão é de 35 anos, contados da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrido em 20 de abril de 2012. O contrato de concessão tem como objeto principal a implantação de um trecho da Ligação Transolímpica, via expressa ligando a Avenida Brasil, no Bairro Magalhães Bastos, e estendendo-se até a Estrada dos Bandeirantes, em seu entroncamento com a Avenida Salvador Allende, no Bairro Curicica, incluindo seus acessos, faixas de domínio, edificações, terrenos e benfeitorias. A Ligação Transolímpica foi oficialmente inaugurada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ) em 09 de julho de 2016 e sua utilização, conforme determinação da PCRJ, foi exclusiva da família olímpica e seus veículos credenciados durante o período dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Em 29 de agosto de 2016, a ViaRio iniciou a operação comercial da Ligação Transolímpica. Os compromissos futuros relacionados aos investimentos e liquidação de obrigações financeiras, serão honrados através de novas captações no mercado financeiro e ou aportes adicionais de capital dos investidores.

2. Principais práticas contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. a) **Receitas de serviços:** As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários da rodovia. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de construção: Segundo a ICP 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção de acordo com o CPC 17 - Contratos de construção. O estágio de conclusão é determinado pela evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. b) **Instrumentos financeiros:** - **Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. - **Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças nestes são reconhecidas no resultado do exercício. - **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. - **Passivos financeiros não derivativos:** Passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contra-

antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento. j) **Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício. As despesas e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. k) **Benefícios a empregados:** Benefícios de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. l) **Benefícios a empregados:** Benefícios de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. m) **Benefícios a empregados:** Benefícios de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. n) **Benefícios a empregados:** Benefícios de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. o) **Benefícios a empregados:** Benefícios de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. p) **Benefícios a empregados:** Benefícios de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. q) **Benefícios a empregados:** Benefícios de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. r) **Benefícios a empregados:** Benefícios de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. s) **Benefícios a empregados:** Benefícios de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. t) **Benefícios a empregados:** Benefícios de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. u) **Benefícios a empregados:** Benefícios de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. v) **Benefícios a empregados:** Benefícios de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. w) **Benefícios a empregados:** Benefícios de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. x) **Benefícios a empregados:** Benefícios de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. y) **Benefícios a empregados:** Benefícios de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. z) **Benefícios a empregados:** Benefícios de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber e empréstimos. - **Redução no valor recuperável (impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais:** A IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de ativos contratuais. De acordo com o CPC 48/IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: - Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e - Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo. Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo sobre seus ativos financeiros. - **Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** A Companhia considera que o seu caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras têm baixo risco de crédito com base nas avaliações de crédito externas das contrapartes e, portanto, não espera reconhecimentos materiais de impairment na adoção do CPC 48/IFRS 9 neste quesito. - **Classificação - Passivos Financeiros:** O CPC 48/IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48/IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma: - O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro não são apresentados em ORA; e - O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado. A avaliação preliminar da Companhia não indicou impacto material na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018. - **Contabilidade de hedge:** Na aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9, a Companhia pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de hedge do CPC 38/IAS 39 em vez dos novos requerimentos do CPC 48/IFRS 9. A Companhia optou por aplicar os novos requerimentos do CPC 48/IFRS 9. O CPC 48/IFRS 9 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia e que este, aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. O CPC 48/IFRS 9 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de hedge e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de hedge. De acordo com o novo modelo, é possível que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um hedge de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não-financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de hedge. Atualmente, a Companhia não realiza hedge de tais componentes de risco. De acordo com a IFRS 9, para hedges de fluxo de caixa para o risco de moeda estrangeira associados a compras previstas de ativos não-financeiros, os valores acumulados na reserva de hedge de fluxo de caixa e na reserva de custo de hedge serão incluídos diretamente no custo inicial do ativo não-financeiro, quando este for reconhecido. Prática que já é realizada pela Companhia. Os tipos de relações de contabilidade de hedge que a Companhia atualmente designa atendem aos requerimentos do CPC 48/IFRS 9 e estão alinhados com a estratégia e objetivo de gerenciamento de risco da entidade. - **Divulgações e Transição:** A IFRS 9 exigirá extensas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão plenamente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir. - A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não representar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e

aproximadamente 92% dos usuários da via são homens e que 33% dos usuários tem entre 30 e 39 anos. A principal razão para avaliação positiva do conforto da via foi a sua condição, muito bem conservada, com 62% de menções. Os usuários da via são bem atendidos, com 80% trafegando por ela pelo menos dois dias na semana, e quase 30% a utilizando seis vezes, ou mais, por semana. Foram entrevistados apenas usuários com 18 anos ou mais. Ideologia Central: Em março de 2017, foi criada a ideologia central da ViaRio, fruto de trabalho consolidado de um workshop, no qual participaram durante dois dias, as lideranças da Concessionária. Durante os meses seguintes, a ideologia central foi divulgada a fim de internalizar para todos os colaboradores o que foi construído e realizar as premissas no dia a dia, consolidando a imagem da Companhia. Fazem parte da ideologia central, a filosofia (crenças e valores), a missão e a visão da ViaRio. 2. Estratégia de Gestão: 2.1. Governança Corporativa: Estrutura do Conselho e Diretoria: Membros do Conselho de Administração: José Braz Clóff, Márcio Roberto de Moraes Silva, Paulo Yukio Fukuzaki, Francisco de Assis Nunes Buihães, Túlio Toledo Abi-Saber, Luiz Eduardo Simonetti Baroni. Membros da Diretoria: Ronaldo Vancolotto - Diretor Presidente, Márcio Roberto de Moraes Silva - Diretor de Engenharia e Operações. Políticas de Compliance: A ViaRio implantou em 2015 seu Código de Ética e Conduta ("Código"), que estabelece diretrizes e parâmetros de conduta ética dos seus integrantes, bem como das relações da Companhia com agentes públicos, privados, fornecedores, concorrentes e com a sociedade como um todo. Todos os administradores, empregados, prestadores de serviços e fornecedores da Companhia possuem ciência dos termos do Código, que também pode ser acessado livremente no website da Companhia. Além disso, a ViaRio implementou seus Canais de Denúncias, que consistem em uma linha de telefone (0800-741-0000) e um endereço eletrônico acessível através de ícone no website da Companhia (https://www.canalconfidencial.com.br/viarrio/). Todas as informações recebidas através dos canais de denúncia são captadas e geridas por empresa terceirizada especializada, garantindo-se o sigilo e a			Recursos Financeiros Juros com partes relacionadas 47.235 Rendimentos aplicações financeiras 358 Outras receitas 357 Despesas Financeiras (148.563) Juros sobre empréstimos e debêntures (105.162) Juros sobre partes relacionadas (44.518) Juros capitalizados 1.790 Outras despesas (673) Resultado Financeiro Líquido (101.328) A ViaRio finalizou o exercício de 2017 com um resultado financeiro de R\$ 101,3 milhões negativos, resultado este devido principalmente aos juros sobre financiamentos e debêntures, que nesse mesmo exercício acumularam um total de R\$ 66,8 milhões. Quando comparados ao exercício anterior, a principal variação aconteceu na capitalização dos juros em 2016, acumulando um valor de R\$ 78,9 milhões de juros capitalizados, tendo em vista que a Companhia estava em fase pré-operacional nesse período e com a maior parte dos seus investimentos ainda em andamento. 3.4. Endividamento: Em 31 de dezembro de 2017, a dívida bruta da ViaRio foi de R\$ 680,8 milhões, resultado do empréstimo ponte captado pela Companhia com a 8ª emissão de debêntures no valor de R\$ 472,4 milhões (principal mais juros) e a emissão de CCB no valor de R\$ 208,4 milhões (principal mais juros). A expectativa da Companhia é quitar esta dívida com recursos da dívida de longo prazo, que se encontra em fase final de estruturação. Ao longo do ano de 2017 a ViaRio firmou com seus acionistas contratos de mútuo no montante de R\$ 161,8 milhões, todos com vencimento em janeiro de 2034. 3.5. Investimentos: Conforme Contrato de Concessão, o prazo de construção e implantação da Ligação Transolímpica foi de 4 (quatro) anos, desta maneira a grande massa de investimentos aconteceu até o ano de 2016. Nesse período, para a execução das obras			no ano de 2017, na promoção de um projeto de climatização e teve o engajamento de 83 pessoas participantes nas atividades, beneficiando diretamente 1.068 alunos e 75 profissionais da escola beneficiada. Projeto Horto Comunitário: O projeto tem entre seus objetivos, produzir alimentos perto de casa e recuperar área pública degradada e ociosa, bem como abastecer os moradores que participam plenamente das práticas de desenvolvimento urbano e ambiental no bairro. Diversas ações no Jardim Sulaçap flagram o desejo coletivo de moradores de implantar uma horta comunitária na área remanescente da obra da Ligação Transolímpica, através do trabalho voluntário e solidário. Com esta ação são produzidas 1.100 hortaliças/mês, beneficiando 10 famílias. 5. Considerações finais: 5.1. Agradecimentos: A Concessionária ViaRio S.A. agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, instituições financeiras, colaboradores e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento que contribuíram para os resultados alcançados em 2017. 5.2. Auditoria Independente: Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. No relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: (a) auditar não deve (i) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes. 5.3. Declaração da Diretoria: A Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2018. A Administração		
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de Reais)								
Ativo Circulante Caixa e equivalentes de caixa 6 1.595 12.121 Aplicações financeiras 6 7.841 - Contas a receber 7 4.637 3.086 Imposto de renda e contribuição social 1.588 4.736 Outros tributos a recuperar 558 630 Seguros a apropriar 717 902 Encargos financeiros a apropriar 2.331 - Despesas antecipadas e outros 346 2.383 Adiantamento a fornecedores 206 401 Total do ativo circulante 19.819 24.259 Não circulante Realizável a longo prazo Impostos diferidos 8b 67.780 40.789 Despesas antecipadas 1.623 1.153 Imobilizado 10 36.344 40.543 Intangível 11 880.571 874.885 Total do ativo não circulante 988.318 957.389 Total do ativo 1.008.137 981.639		Passivo Circulante Debêntures 13 471.182 409.992 Financiamentos 12 207.738 155.768 Fornecedores 2.411 7.531 Contas a pagar - partes relacionadas 9 108 79.153 Impostos e contribuições a recolher 3.227 1.035 Obrigações sociais e trabalhistas 4.315 5.880 Outras contas a pagar 58 158 Total do passivo circulante 689.040 659.317 Não circulante Mútuos - partes relacionadas 9 161.760 118.094 Provisão para riscos civis, trabalhistas e previdenciários 14 97 60 Impostos a recolher 4.316 1.929 Provisão de manutenção 15 882 87 Outras contas a pagar 57 - Total do passivo não circulante 167.112 120.170 Patrimônio líquido Capital social 16a 283.191 283.191 Prejuízos acumulados (133.206) (81.039) Total do passivo e patrimônio líquido 1.008.137 981.639		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)				
Receita operacional líquida 17 118.546 700.117 Custos dos serviços prestados Custo de construção (23.954) (676.651) Serviços (9.505) (2.582) Depreciação e amortização 10 e 11 (25.686) (6.719) Custo com pessoal (15.972) (6.263) Provisão de manutenção 15 (757) (85) Materiais, equipamentos e veículos (1.022) (825) Outros (5.755) (1.238) Lucro bruto (82.561) (694.364) Despesas operacionais Despesas com pessoal (6.325) (12.282) Serviços de terceiros (4.371) (6.443) Materiais, equipamentos e veículos (313) (2.355) Depreciação e amortização 10 e 11 (487) (127) Despesas de aluguel - (275) Seguro garantia - (36) Contribuição sindical patronal - (170) Serviços gráficos - (416) Fotos, filmes e slides - (296) Edições e publicações - (20) Outros (1.243) (2.289) Outros resultados operacionais (13.839) (24.709) Resultado antes do resultado financeiro 224 86 Resultado financeiro 18 (101.328) (60.522) Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social (79.158) (79.382) Imposto de renda e contribuição social - diferidos 8a 26.361 26.715 Prejuízo líquido do exercício (52.797) (52.677) Prejuízo por ação - básico e diluído (em reais - R\$) 16b (0.1443) (0.1541) As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.								
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de Reais)								
Fluxos de caixa das atividades operacionais Prejuízo líquido do exercício (52.167) (52.677) Ajustes por: Imposto de renda e contribuição social diferidos (26.391) (26.715) Depreciação e amortização 26.163 6.846 Juros sobre debêntures e empréstimos e financiamentos 105.162 114.353 Capitalização de custo de empréstimos (1.790) (78.886) Constituição da provisão de manutenção 757 85 Ajuste a valor presente provisão de manutenção 38 2 Constituição e juros e riscos civis e trabalhistas 37 60 Provisão para créditos de liquidação duvidosa 2 - Juros e variação monetária sobre mútuos (2.002) 9.181 Variações Cambiais e Fornecedores estrangeiros (43) - Total 101.393 24.926 Variações nos ativos e passivos (Aumento) redução dos ativos Contas a receber (1.533) (3.086) Tributos a recuperar 3.220 147 Despesas antecipadas e outros (573) (3.841) Adiantamento a fornecedores 185 575 Aumento (redução) dos passivos Fornecedores (5.117) 368 Contas a pagar - partes relacionadas (64.248) 25.341 Impostos e contribuições a recolher 4.579 282		Prejuízo líquido do exercício 441.365 125.587 Outros resultados abrangentes (400.000) (130.000) Total do resultado abrangente do exercício (33.366) (81.281) As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de Reais)				
Capital social Saldo em 1º de janeiro de 2016 245.470 Aumento de capital 16a 37.721 Prejuízo do exercício (52.677) Saldo em 31 de dezembro de 2016 283.191 Prejuízo do exercício (81.039) Saldo em 31 de dezembro de 2017 283.191		Prejuízos acumulados Saldo em 1º de janeiro de 2016 (28.362) Aumento de capital 37.721 Prejuízo do exercício (52.677) Saldo em 31 de dezembro de 2016 (81.039) Prejuízo do exercício (52.167) Saldo em 31 de dezembro de 2017 (133.206)		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

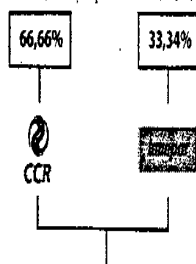
continua

Concessionária ViaRio S.A.

CNPJ nº 15.440.708/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Sobre a Companhia: 1.1. **Aos Acionistas:** Apresentamos a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária ViaRio S.A. ("ViaRio" ou "Companhia"), referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhados do Relatório dos auditores independentes. 1.2. **Apresentação: Contrato de Concessão:** A ViaRio foi criada em 20 de abril de 2012 quando da assinatura do Contrato de Concessão com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro ("PCRJ" ou "Poder Concedente"). Este contrato tem como objeto a concessão do serviço público de implantação, operação, manutenção, monitoração, conservação e realização de melhorias da Via Expressa Concedor Presidente Tancredo Neves ("Ligação Transolímpica" ou "via"), ligando os bairros Barra da Tijuca a Deodoro, na cidade do Rio de Janeiro. O prazo da Concessão é de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão. Para a execução das obras e serviços necessários à implantação da Ligação Transolímpica, foi previsto no Contrato de Concessão repasse de recursos financeiros pelo Poder Concedente à ViaRio ("Subsídio"), autorizado por lei municipal. O valor repassado, a título de Subsídio foi corrigido anualmente pelo IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial). Perfil da Concessionária: A ViaRio tem como objetivo principal realizar, sob o regime de concessão de serviço público, a construção de obras públicas, a administração da Ligação Transolímpica. A concessão prevê a prestação de serviços aos usuários e obras de recuperação, manutenção, conservação e operação mediante cobrança de pedágio. A Ligação Transolímpica é uma via urbana expressa com extensão total de 13 km, dos quais aproximadamente 1,6 km em túneis e com 38 pontes e viadutos, além de praças de pedágio, sendo uma no seu eixo principal e outras duas nas alças de acesso e saída da Estrada do Rio Grande. A Via é composta por três faixas de rolamento em cada sentido, duas faixas de rolamento para automóveis, motos, ônibus e caminhões e uma terceira faixa exclusiva para o sistema BRT (Transporte Rápido por Ônibus - na sigla em inglês). A operação dos BRTs (semio de cobrança de pedágio) e administração das estações é de total responsabilidade das empresas de ônibus, sendo responsabilidade da ViaRio apenas a manutenção das pistas para a passagem dos BRTs e o socorro médico e mecânico. O empreendimento foi um dos compromissos firmados entre a Prefeitura e o COI (Comitê Olímpico Internacional) o qual faz parte do caderno de obrigações dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, interligando grandes instalações da Rio 2016 como a Vila dos Atletas e o Parque Olímpico, na Barra da Tijuca, e o Parque Radical do Rio, em Deodoro. A ViaRio é operada a partir de um prédio, localizado na Estrada do Catocho, onde funciona a estrutura corporativa da Companhia e o Centro de Controle Operacional (CCO), garantindo mais segurança aos seus usuários. A Ligação Transolímpica foi oficialmente inaugurada pela PCRJ em 09 de julho de 2016 e sua utilização, conforme determinação da PCRJ, foi exclusiva da família olímpica e seus veículos credenciados durante o período dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Em 29 de agosto de 2016, a ViaRio iniciou sua operação comercial. Composição Acionária: Em 31 de dezembro de 2017, a composição acionária da ViaRio era a seguinte:



1.3. **Destaque: Pesquisa de Satisfação:** No ano de 2017, a ViaRio, por meio de empresa de consultoria especializada, realizou uma pesquisa de potencialização e satisfação com os usuários da Ligação Transolímpica, com o intuito de traçar o perfil do usuário da via, assim como seu comportamento e suas necessidades, além de utilizar os indicadores de satisfação como instrumentos de gestão e acompanhamento. A pesquisa, com uma margem de erro de 4,9 pontos percentuais para mais ou menos, apontou que 82% dos usuários da via são homens e que 33% dos usuários tem entre

imparcialidade no tratamento das informações e, ainda, a opção do denunciante de permanecer anônimo. 2.2. **Gestão de Pessoas:** Tratamento: No ano de 2017, com o intuito de facilitar a integração dos novos colaboradores contratados, a ViaRio criou o "Projeto Integração", garantindo que o novo colaborador tenha conhecimento das Políticas, Diretrizes, Normas, Procedimentos, Código de Ética, Organograma e de outros instrumentos institucionais que contenham a Filosofia, as Crenças e os Valores da ViaRio, bem como as Normas de Saúde Organizacional, Segurança do Trabalho, Comunicação e Sustentabilidade. Em 2017, foram realizadas 49 horas de treinamentos visando esta qualificação, sendo que um desses treinamentos serviu para a construção da ideologia central da Concessionária, conforme destacado no item "1.3 Destaques". Ainda em 2017, foram realizadas 434 horas de treinamentos técnicos voltados à capacitação nos sistemas operacionais e administrativos da Concessionária, totalizando 483 horas de treinamento. Oportunidades Internas: A ViaRio busca priorizar o recrutamento interno de colaboradores valorizando assim a "prata da casa" através de seleções internas. No ano de 2017, obteve-se um aproveitamento de 5 colaboradores através de recrutamentos internos. Jovem Aprendiz: Além de garantir o cumprimento das exigências legais, a ViaRio considera importante dar a primeira oportunidade de trabalho para jovem aprendiz, formando futuros profissionais, estimulando-o a estudar, profissionalizar-se e atuar com competência no mercado de trabalho. Em 2017 a Companhia contratou 7 aprendizes, sendo 2 para a área administrativa na função de aprendiz administrativo e 5 para a área operacional de pedágio na função de aprendiz operador de caixa. Pessoas com deficiências (PCD): Além de garantir o cumprimento das exigências legais, a ViaRio considera importante quebrar barreiras e paradigmas realizando a inclusão social de pessoas portadoras de necessidades especiais. Em 2017, a Concessionária contratou 6 PCD's atuando diretamente na área operacional na função de agente de pedágio. A quantidade de colaboradores próprios e terceirizados em dezembro de 2017 e 2016 foi de 232 e 125, respectivamente.

3. Desempenho Econômico e Financeiro: 3.1. Receita operacional:

Faturamento (R\$ mil)	2017	2016	Δ (R\$)	Δ (%)
Receitas de pedágio	103.730	25.800	77.930	302,1%
Receitas de construção (ICPC RT)	23.954	676.651	(652.697)	-96,5%
Receitas acessórias	49	49	-	-
Receita bruta	127.733	702.451	(574.718)	-81,8%
(-) Impostos sobre receitas	(9.000)	(2.240)	(6.760)	301,8%
(-) Devoluções e abatimentos	(187)	(94)	(93)	98,3%
(-) Deduções das receitas brutas	(9.187)	(2.334)	(6.853)	293,6%
Receita líquida	118.546	700.117	(581.571)	-83,1%

O valor total de receita bruta no ano de 2017, foi de R\$ 127,7 milhões, sendo que R\$ 103,7 milhões são oriundos do faturamento de receitas de pedágio, uma variação positiva de 302,1% quando comparado aos R\$ 25,8 milhões do exercício de 2016. Esse grande aumento se justifica pelo fato da Concessionária ter operado no ano inteiro de 2017, quando em 2016 começou sua operação em 29 de agosto, somando-se a isso o constante crescimento do tráfego na via. Em 2017, passaram pela praça de pedágio principal, um total de 15,1 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes ("VEP"), com uma média diária de 1,3 milhões de VEP. 3.2. Custos e despesas:

Custos e Despesas (R\$ mil)	2017	2016	Δ (R\$)	Δ (%)
Custos e Despesas	(45.706)	(35.491)	(10.215)	28,8%
Serviços de terceiros	(14.475)	(9.025)	(5.451)	60,4%
Custo e Despesa com Pessoal	(22.897)	(18.545)	(4.352)	23,5%
Materiais, Equipamentos e Veículos	(1.335)	(3.180)	1.845	-58,0%
Outros	(9.988)	(4.741)	(2.257)	47,5%
Custo de Construção	(23.954)	(676.651)	652.697	-96,5%
Depreciação e amortização	(25.183)	(6.846)	(19.337)	282,5%
Provisão de Manutenção	(757)	(85)	(672)	790,5%
Total	(96.600)	(719.073)	622.473	-86,5%

Até o final de 2017, os custos e despesas da ViaRio totalizaram o montante de R\$ 45,7 milhões, um aumento de R\$ 10,2 milhões quando comparados a 2016, essa variação de 28,8% deu-se principalmente pela entrada em operação da via. Em 2016, as contratações de mão de obra para operação se deram a partir de maio e os contratos de serviços especializados voltados à operação (Conservação de rotina, socorro médico, transporte de valores, dentre outros), foram firmados a partir de agosto, enquanto em 2017 estes custos transcorreram durante todo o exercício. 3.3. **Resultado Financeiro:**

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2017	2016	Δ (R\$)	Δ (%)
Receitas Financeiras	47.235	5.322	41.913	787,5%

e serviços necessários à implantação, o Poder Concedente repassou à ViaRio, a título de Subsídio, o montante de R\$ 2.051,4 milhões. No acumulado, desde o início da Concessão até o final do exercício de 2017, os investimentos perfizeram o montante de R\$ 3.002,0 milhões, sendo R\$ 950,6 milhões com recursos próprios e R\$ 2.051,4 milhões com recursos oriundos de Subsídio (valores correntes). No ano de 2017 o valor total de investimentos realizados com recursos próprios na Ligação Transolímpica foi de R\$ 27,7 milhões. 3.6. **Dividendos propostos:** Aos acionistas, conforme artigo 25 do Estatuto Social da ViaRio, é distribuído a título de dividendos o lucro líquido de cada exercício, após a constituição das Reservas Legais e Estatutárias. Em 2017, não foi realizada distribuição de dividendos, dado que a Companhia obteve prejuízo no exercício. 4. **Sustentabilidade:** Como a Ligação Transolímpica é uma via urbana, a ViaRio, pensando no bem-estar dos moradores do seu entorno e numa forma de minimizar os impactos gerados pela implantação da via, busca, por meio de parcerias com institutos, a realização de ações sociais como uma forma de integração. Em 2017 foram realizadas as seguintes ações: Projeto Cine em Casa: Em parceria com o Instituto CCR, foi instalada uma sala de cinema móvel onde foram realizadas 12 exibições de filmes, na localidade Colônia Juliana Moreira, contemplando 7 comunidades localizadas na área de influência da Concessionária atendendo a 2.305 espectadores. Projeto Photobuck: Em parceria com o Instituto CCR, em um caminhão equipado no formato de uma câmara de revelação de fotos, a ViaRio percorreu 3 localidades localizadas na área de influência: Realengo, Boina e Jardim Sulacap, realizando oficinas de fotografia e exibindo um filme sobre a história da fotografia. Foram realizadas 5 exibições, atendendo a 639 pessoas. Ao final de cada parada, as fotos capturadas pelos participantes compunham uma mostra na própria comunidade. Projeto BuZun: Em parceria com o Instituto CCR, a ViaRio adaptou um ônibus para realizar apresentações de teatro de bonecos em escolas públicas e localidade de influência. Foram realizadas 4 apresentações com o tema Livro (educação ambiental) em 3 escolas públicas e 1 comunidade, localizadas na área de influência da Concessionária, atendendo no total 717 pessoas. Projeto Teatro a bordo: Em parceria com o Instituto CCR, foi realizada uma apresentação em um caminhão móvel, sendo o Teatro a Bordo o primeiro teatro móvel solar do Brasil, contando com apresentações de teatro, oficinas educativas, contos e intervenções artísticas em seu container-palco com acesso gratuito, abrindo oportunidade de apresentação para o artista da cidade, proporcionando o intercâmbio cultural e a valorização da cultura local. O evento ocorreu na localidade de Magalhães Bastos atendendo, 1.122 pessoas e contemplou 2 comunidades. Projeto Ler é uma Viagem "Dom Quixote entre Cartas": Em parceria com o Instituto CCR, a ViaRio realizou na biblioteca municipal do bairro, na Localidade de Jardim Sulacap, um espetáculo literário-musical interativo, através sessão de leitura com música ao vivo, durante a apresentação é realizada uma oficina sobre mediação de leitura e escrita sensível, onde o público é convidado a interagir com os personagens da literatura e a escrever uma carta e compartilhar com o grupo. O projeto oferece conteúdo pedagógico e informações complementares sobre leitura e escrita entre o público participante, havia professores das escolas municipais, que contemplam a área de influência da Concessionária, totalizando 50 participantes. Projeto Espetáculo de Teatro: Em parceria com o Instituto CCR, a ViaRio levou para sua área de influência as peças de teatro infantil-juvenil "A culpa é de quem?", a qual propõe o diálogo entre o mundo real e o virtual, equilibrando o uso da tecnologia com as relações interpessoais sem prejuízos para nenhum deles e a "De Canto em Canto", apresentação que leva a educação ambiental pela cultura, com tema de conscientização quanto ao consumo e redução do desperdício de água. Essas apresentações ocorreram em 04 localidades: Realengo, Colônia Juliana Moreira, Curicica e Ipaçu, contemplando 04 escolas municipais e uma comunidade, com 1.330 participantes. Programa Caminhos para Cidadania: Em parceria com o Instituto CCR, a ViaRio realizou projeto Caminhos para a Cidadania, o qual leva informação sobre segurança de trânsito, preservação ambiental e cidadania para as escolas públicas, proporcionando educação para o trânsito e educação ambiental e cidadania para alunos das escolas públicas municipais, inseridos no 4º e 5º ano do ensino fundamental, oferecendo também formação didática e pedagógica nestas temáticas para os professores e disponibilizando o material didático (livros) para ambos (aluno e professor), sendo contemplados 10 escolas, 1.088 alunos e 32 professores. Programa Nosso Mundo Melhor: Em parceria com o Instituto CCR, a ViaRio realizou ação de voluntariado, a qual tem a proposta de engajar os colaboradores em ação solidária em parceria com instituições sociais locais. A ação aconteceu em uma escola pública municipal, estabelecida na localidade de Curicica e na área de lazer ao público, na proximidade da escola (Praça). Esta ação possibilitou à escola implementar a 2ª fase de um projeto de digitalização e teve o engajamento

PUBLICAÇÕES A PEDIDO

JFE 42 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE S.A.
CNPJ/MF nº 14.148.570/0001-38 - NIRE 33.3.0032005-9

Extrato da Ata da AGE realizada em 16/02/2018. A AGE da Cia., em que compareceu a totalidade dos acionistas, cuja convocação foi dispensada nos termos do art. 124 §4º da Lei 6.404/76, teve as seguintes deliberações, constantes da Ordem do Dia, as quais foram tomadas por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: (1) aprovou a distribuição antecipada parcial da conta de reservas de lucros, no montante total de R\$2.686.400,00, destinado: (i) à amortização dos dividendos fixos cumulativos das Ações Preferenciais, no valor de R\$119.539,90; e (ii) ao pagamento de dividendos das Ações Ordinárias, no valor de R\$2.566.860,10; (2) aprovou a redução do capital social da Sociedade, no valor total de R\$10.112.684,38, sem o cancelamento de ações; (3) consignou a venda de 3.302.852 ações preferenciais para os titulares de ações ordinárias, convertendo, em seguida, ditas ações preferenciais em ações ordinárias; (4) deu nova redação ao caput do Art. 4º do Estatuto Social, passando a vigor com a seguinte redação: "Art. 4º - O capital social é de R\$22.191.182,97, dividido em 37.918.942 ações ordinárias e 974.126 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal"; e (5) consolidou o Estatuto Social.

Id: 2089834

Id: 2089752

CONCESSIONÁRIA VIÁRIO S.A.
CNPJ/MF nº 15.440.708/0001-30
ERRATA

No Balanço publicado em 23/02/2018 nos Jornais DOERJ e Diário Comercial do RJ, o Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras passa a ter a seguinte redação: Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessionária ViaRio S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária ViaRio S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas ex-

plicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária ViaRio S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de

torção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as nor-

mas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **n** identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. **n** obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. **n** validamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade

CONCESSÃO DE LICENÇA

29.172.475/0001-47

MUNICÍPIO DE PARATY, torna público que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a LICENÇA PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO - LPI nº INQ39965, com validade até 31 de maio de 2022, para pavimentação e obras de drenagem de um trecho de 3,7 km da Estrada Paraty-Mirim, compreendendo o trecho entre as coordenadas UTM 23K 532447 E 7426530 N e 535025 E 7428104 N e construção de muro de contenção de talude por enrocamento em três pontos no trecho da estrada a ser pavimentado, no seguinte local: Estrada de Paraty-Mirim, Litoral de Paraty, Município de Paraty. (Processo nº: E-07/504249/2010)

Id: 2035408

VALOR INVEST PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.
CNPJ/MF nº 13.619.591/0001-21 - NIRE nº 33.2.0924819-7 - JUCERJA
DISTRATO SOCIAL - PATRICK AFONSO BULUS, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 182.925 e no CPF/MF sob o nº 119.324.007-70, residente e domiciliado na Av. Vieira Souto, nº 564, aptº 1701, Ipanema, CEP 22420-008, Rio de Janeiro, RJ; e **BULUS HOLDING INTERNATIONAL, INC.**, sociedade constituída em 14/05/2010, sob as leis de British Virgin Islands, BVI, registro nº 1585246, com sede em Omar Hodge Building, Chera Chambers, Road Town Tortola, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.041.605/0001-72, neste ato representada por **ALBERTO BULUS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 83.741 e no CPF/MF sob o nº 667.353.197-53, residente e domiciliado na Av. Vieira Souto, nº 564, aptº 1701, Ipanema, CEP 22420-008, Rio de Janeiro, RJ. Únicos sócios da **VALOR INVEST PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.**, sociedade com sede na Rua Lauro Müller, nº 116, sala 3102, Botafogo, CEP 22290-160, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.619.591/0001-21, com seu contrato social registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA, sob o nº 33.2.0924819-7, e demais alterações contratuais posteriores, **RESOLVEM**, pelo presente instrumento, de comum acordo e na melhor forma de direito, preliminarmente ao distrato social: I - Reduzir o capital social de R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) para R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), redução essa no montante de R\$34.950.000,00 (trinta e quatro milhões, novecentos e cinquenta mil reais), correspondente ao valor do aumento do capital social a integralizar, deliberado na alteração contratual realizada em 9 de fevereiro de 2012, devidamente registrada e arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA, sob o NIRE nº 33.2.0924819-7, por despacho de 15 de maio de 2012, cancelando-se a totalidade das quotas subscritas pelos sócios, naquela data, em razão da não integralização do capital social, face a decisão dos sócios de dissolver a sociedade. II - Aumentar o capital social de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) para R\$100.000,00 (cem mil reais), aumento esse no montante de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), mediante a emissão e subscrição de 50.000 (cinquenta mil) novas quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, todas subscritas e integralizadas pelo sócio **PATRICK AFONSO BULUS**, face a renúncia manifestada pela sócia **BULUS HOLDING INTERNATIONAL, INC.**, ao exercício do direito de preferência neste aumento de capital. As quotas subscritas pelo sócio **PATRICK AFONSO BULUS**, são integralizadas, neste ato, mediante capitalização do montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), constante da rubrica "Adiantamento para Futuro Aumento de Capital", em nome do referido sócio. III - Em consequência das deliberações acima, exclui-se o parágrafo único da Cláusula 9ª e altera-se a redação do caput da referida cláusula, a qual passa a ter a seguinte redação: "Cláusula 9ª - O capital social inteiramente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, assim distribuído entre os sócios: **Sócios/Quotas/R\$ - PATRICK AFONSO BULUS: 50.050/50.050,00; BULUS HOLDINGS INTERNATIONAL, INC.: 49.950/49.950,00; TOTAIS: 100.000/100.000,00.** IV - Reduzir, com base no inciso I do art. 1.082 do Código Civil, o capital social de R\$100.000,00 (cem mil reais) para R\$8.810,12 (oito mil, oitocentos e dez reais e doze centavos), com a finalidade de manter o equilíbrio entre o capital social e o patrimônio líquido da sociedade, mediante absorção de prejuízos acumulados, em razão de perdas irreparáveis, no montante de R\$91.189,88 (noventa e um mil, cento e oitenta e nove reais e oitenta e oito centavos), mantida a proporcionalidade de cada sócio no capital social, com alteração do valor nominal da quota de R\$1,00 (um real) para R\$0,01 (um centavo), passando a Cláusula 9ª do contrato social a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula 9ª - O capital social inteiramente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$8.810,12 (oito mil, oitocentos e dez reais e doze centavos), dividido em 881.012 (oitocentos e oitenta e um mil e doze) quotas, no valor nominal de R\$0,01 (um centavo) cada uma, assim distribuído entre os sócios: **Sócios/Quotas/R\$ - PATRICK AFONSO BULUS: 440.947/4.409,47; BULUS HOLDINGS INTERNATIONAL, INC.: 440.065/4.400,65; TOTAIS: 881.012/8.810,12.** V - Finalmente, em razão de não haver mais interesse na continuidade da consecução dos objetivos da sociedade, proceder ao **DISTRATO SOCIAL** da **VALOR INVEST PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.**

sional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. a) **Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão:** Conforme mencionado na nota explicativa 2(g), a Companhia avaliou a existência de indicador de redução ao valor recuperável e para o cálculo do valor recuperável utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado com base em projeções econômico-financeiras, que é baseado no orçamento aprovado pela Companhia, na data da avaliação até à data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados à Companhia. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros e suas premissas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, como a estimativa de integridade dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que regem as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos, bem como à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação dessa estimativa contábil, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Realizamos o entendimento do desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável disponibilizadas pela Companhia. Avaliamos a adequação das metodologias e premissas utilizadas pela Companhia para determinar a existência de indicadores de que os ativos não financeiros relacionados à concessão possam ter índices de desvalorização. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia comparamos as premissas utilizadas com os dados disponíveis no mercado e efetuamos análise de sensibilidade no que tange às premissas e metodologia utilizadas. Adicionalmente, consideramos também a adequação e a conformidade das divulgações nas demonstrações financeiras, em especial as relativas às premissas e julgamentos utilizados no teste do valor recuperável de seus ativos. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que é aceitável o valor dos ativos não financeiros relacionados às concessões no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto. b) **Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:** A Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados. Tais saldos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais acumulados possam ser realizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios. Consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria, devido às incertezas e alto grau de julgamento inerente ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros que se baseia em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactadas pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, a evolução demográfica, volume de tráfego, entre outras. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Avaliamos a adequação das metodologias e premissas utilizadas pela Companhia na projeção dos lucros tributáveis futuros suficiente para a realização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, efetuamos o recálculo matemático das projeções, avaliamos a razoabilidade das principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia na projeção de lucros tributáveis futuros comparamos as premissas utilizadas com os dados disponíveis no mercado e efetuamos análise de sensibilidade no que tange às premissas e metodologia utilizadas. Consideramos também a adequação das divulgações nas notas explicativas nº 2(f) e 3(b), em especial em relação ao prazo estimado para utilização do crédito tributário registrado decorrente de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e quanto aos montantes de crédito tributário não registrados. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o valor do imposto de renda e

dos às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. « validamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. « concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. « validamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 20 de fevereiro de 2018. KPMG Auditores Independentes - CRC ZSP014428/O-6. Wagner Bottino - Contador CRC 1SP196907/O-7.

Id: 2089818

Avisos, Editais e Termos

Associações, Sociedades e Firms

ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA TIJUCA
CNPJ: 42.108.795/0001-04

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

De conformidade com o artigo 24º do estatuto, ficam os senhores sócios quites convocados para esta Assembleia em nossa sede na Rua Barão de Mesquita 149, Tijuca no dia 14 de abril de 2018, às 15 horas em primeira convocação e às 15:30 horas em segunda com qualquer número conforme determina o artigo 26º do estatuto, para seguinte ordem do dia:

- Aprovar relatório da Diretoria
 - Eleição do Conselho Deliberativo para o Biênio 2016-2018.
- Atenciosamente
Raul Fernandes de Oliveira Junior
Presidente

Id: 2089377

INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS VALENÇA LTDA

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONCESSIONARIA VIARIO S A

NIRE: 333.0030232-8 Protocolo: 00-2018/160241-5 Data do protocolo: 25/07/2018

CERTIFICÓ O ARQUIVAMENTO em 01/08/2018 SOB O NÚMERO 00003237196 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: BA37C226A164795E2BD804FA442BFB114904BC7135249C1404F2B34C0FEBEE3A

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 17/18



avus), mantida a proporcionalidade de cada sócio no capital social, com alteração do valor nominal da quota de R\$1,00 (um real) para R\$0,01 (um centavo), passando a Cláusula 5ª. do contrato social a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula 5ª. - O capital social integralmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$8.810,12 (oito mil, oitocentos e dez reais e doze centavos), dividido em 881.012 (oitocentos e oitenta e um mil e doze) quotas, no valor nominal de R\$0,01 (um centavo) cada uma, assim distribuído entre os sócios: **Sócios/Quotas/R\$** - PATRICK AFONSO BULUS: 440.947/4.409,47; BULUS HOLDINGS INTERNATIONAL, INC.: 440.065/4.400,65; **TOTAIS: 881.012/8.810,12.** V - Finalmente, em razão de não haver mais interesse na continuidade da consecução dos objetivos da sociedade, proceder ao **DISTRATO SOCIAL** da **VALOR INVEST PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.**, na forma e condições abaixo transcritas: **CLÁUSULA PRIMEIRA:** A sociedade encerrou definitivamente todas as suas atividades na data de 28 de dezembro de 2017. **CLÁUSULA SEGUNDA:** Para fins previstos no presente distrato, a liquidação da sociedade ficará sob a responsabilidade do sócio PATRICK AFONSO BULUS. **CLÁUSULA TERCEIRA:** Procedida à liquidação da sociedade, recebem os sócios, pelo saldo de seus haveres, os valores constantes do balanço patrimonial especialmente levantado em 29 de dezembro de 2017, outorgando-se, reciprocamente, e em relação à sociedade, plena, geral, rasa e irrevogável quitação, para nada mais exigirem, em juízo ou fora dele, seja a que título for. **CLÁUSULA QUARTA:** A responsabilidade pelo ativo e o passivo porventura supervenientes caberá aos sócios PATRICK AFONSO BULUS e BULUS HOLDING INTERNATIONAL, INC., proporcionalmente às respectivas participações societárias, cabendo ao sócio PATRICK AFONSO BULUS, a manutenção e a guarda dos livros e documentos da sociedade ora distratada, para atendimento às exigências fiscais e legais. **CLÁUSULA QUINTA:** Em face da dissolução social ora acordada e da quitação recíproca outorgada, obrigam-se os sócios, por si, herdeiros e sucessores, aos termos do pactuado neste distrato social. E, por estarem assim justos e acordados, firmam as partes o presente instrumento de distrato social, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas e identificadas, que a tudo assistiram e de tudo conhecimento tiveram, para os devidos legais efeitos. Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 2017. PATRICK AFONSO BULUS; BULUS HOLDING INTERNATIONAL, INC.; ALBERTO BULUS.

Id: 2089752

CONCESSIONÁRIA VIÁRIO S.A.
CNPJ/MF nº 15.440.708/0001-30
ERRATA

No Balanço publicado em 23/02/2018 nos Jornais DOERJ e Diário Comercial do RJ, o Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras passa a ter a seguinte redação: Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessionária ViaRio S.A. Rio de Janeiro - RJ. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária ViaRio S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas ex-

prejuízos fiscais acumulados. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, efetuamos o recálculo matemático das projeções, avaliamos a razoabilidade das principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia na projeção de lucros tributáveis futuros comparamos as premissas utilizadas com os dados disponíveis no mercado e efetuamos análise de sensibilidade no que tange às premissas e metodologia utilizadas. Consideramos também a adequação das divulgações nas notas explicativas nº 2(f) e 8(b), em especial em relação ao prazo estimado para utilização do crédito tributário registrado decorrente de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e quanto aos montantes de crédito tributário não registrados. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o valor do imposto de renda e contribuição social oferecidos no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto. Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações financeiras comparativas da Concessionária ViaRio S.A. (Companhia) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 24 de fevereiro de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as nor-

cias quites convocados para esta Assembleia em nossa sede na Rua Barão de Mesquita 149, Tijuca no dia 14 de abril de 2018, as 15 horas em primeira convocação e as 15:30 horas em segunda com qualquer numero conforme determina o artigo 26º do estatuto, para seguinte ordem do dia:

- Aprovar relatório da Diretoria
- Eleição do Conselho Deliberativo para o Biênio 2016-2018.

Atenciosamente

Raul Fernandes de Oliveira Junior
Presidente

Id: 2089377

INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS VALENÇA LTDA CONCESSÃO DE LICENÇA

CNPJ: 11.387.944/0001-80

INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS VALENÇA LTDA torna público que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, o DOCUMENTO DE AVERBAÇÃO AVB003646 que altera a titularidade da LICENÇA DE OPERAÇÃO LO nº IN033494, para: MOTECH PLÁSTICOS LTDA. (Processo nº: E-07/508170/2010)

Id: 2088757

Bluecom Soluções de Concetividade e Informática Ltda

CNPJ 02.686.151/0001-70

LAUDO TÉCNICO

Por meio deste solicitamos a inclusão no LAUDO TÉCNICO - MERCADORIAS IMPORTADAS, conforme o Decreto Estadual RJ - 46.213 de 8/1/2018 de acordo com a descrição abaixo:

23 - NCM 8536.90.90 - CONECTOR MACHO RJ-45 CAT5E 8P8C 30U, 94V2, GTS - P88RYB30V2N-BLUE-GTS 41.045
Faith Consultoria Avaliações e Perícias de Engenharia Ltda - CNPJ 07.882.397/0001-31

Id: 2089714

MUNICÍPIO DE PARATY

CONCESSÃO DE LICENÇA

29.172.475/0001-47

MUNICÍPIO DE PARATY, torna público que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a LICENÇA PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO - LPI nº IN039965, com validade até 31 de maio de 2022, para pavimentação e obras de drenagem de um trecho de 3,7 km da Estrada Paraty-Mirim, compreendendo o trecho entre as coordenadas UTM 23K 532447 E 7426530 N e 535025 E 7428104 N e construção de muro de contenção de talude por enrocamento em três pontos no trecho da estrada a ser pavimentado, no seguinte local: Estrada de Paraty-Mirim, Litoral de Paraty, Município de Paraty. (Processo nº: E-07/504249/2010)

Id: 2035408